

Anais da Assembléia

CURITIBA, 4 E 5 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacii — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacii — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacometti — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 145.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 4 de Setembro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Emílio Carazzai e Borsari Neto.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — João Fadel — Leopoldo Jacome! — Paulo Poli — Quíelso Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 165-74. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 250-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guaraçuvaia e dá outras providências. — Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 5, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 166-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 146.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Setembro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (34); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — João Fadel — Leopoldo Jacome! — Paulo Poli — Quíelso Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — (13).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência à Proposição n.º 99-71.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, a inclusão na Ordem do Dia em Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 78-74.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem do Senhor Antonio Galleas, membro de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1974.

(a) — Mauricio Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Tendo falecido o presente cidadão Valdecino Neves, ex-Prefeito Municipal de Teixeira Soares e chefe de tradicional família, naquela cidade, requeiro, o Deputado abaixo, após ouvido o Plenário, voto de pesar.

Pede-se que do fato se dê conhecimento à família enlutada, aos cuidados do Senhor Romeu Neves, em Teixeira Soares.

Sala das Sessões em 4 de setembro de 1974.

(a) — Antonio Lopes Júnior

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Arquiteto Jayme Lerner, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas para a construção de uma Casa Escolar nas imediações da Vila "Recanto Feliz", visando maior tranquilidade dos habitantes desta região da Capital.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Engenheiro EMILIO GOMES no sentido de que determine à FUNDEPAR providências imediatas para construção de uma Casa Escolar na Vila "Recanto Feliz", desta Capital, visando maior tranquilidade de seus habitantes e segurança para as crianças em idade escolar.

Sala das Sessões em 03 de setembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário requer seja enviado à Comissão de Reforma da Organização Judiciária do Estado, ora presidida pelo ilustre Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, o seguinte expediente:

A Constituição Federal atribui aos Estados a tarefa de organização de sua justiça cabendo ao Tribunal de Justiça, dispor, em Resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e organização judiciárias, cuja alteração poderá ser feita de cinco em cinco anos.

No momento em que estão sendo processados estudos objetivando a alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná, parece oportuno fornecer àquela Comissão o retrato atual das Comarcas interiores cujo desenvolvimento nos últimos anos faz merecer novo enquadramento na subdivisão judiciária do Estado.

Com efeito, a Comarca de Capenema projetou-se de tal forma dentre as vizinhas que pode ser considerada o polo econômico-financeiro da região a merecer, na reforma judiciária, o nível de Comarca de Entrância Intermediária e sede de Seção Judiciária.

Anseia a população local por essa posição de justiça, outorgando-lhe as autoridades estatais o reconhecimento da dedicação e esforço dessa gente em prol do erguimento do Sudoeste paranaense.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de votos de congratulação e aplauso, aos Senhores ADISIO FIGUEIREDO e OSCAR MARTINEZ o primeiro, Diretor da Colonizadora Norte do Paraná e o segundo grande responsável pelo desenvolvimento apresentado por Assis Chateaubriand e ex-presidente da mesma entidade colonizadora, pelo magnífico trabalho desenvolvido em prol do crescente e contínuo progresso apresentado por aquele município.

Outrossim, solicito que da decisão da Casa, seja dado conhecimento aos homenageados.

Sala das Sessões em 03 de setembro de 1974.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tivemos quando de nossa última vigília a região Oeste do Estado do Paraná, que temos a honra de representar nesta Casa, a oportunidade de participar das comemorações alusivas ao citivo aniversário de fundação do Município de Assis Chateaubriand.

Tudo que ali assistimos, nos impressionou sobremaneira razão pela qual não poderíamos absolutamente quando de nossa volta a esta Casa de Leis, deixar de prestar uma singela mas sincera homenagem aos realizadores e responsáveis pelo impressionante crescimento e desenvolvimento racional que ali tivemos oportunidade de constatar.

Assis Chateaubriand, criada em 20 de agosto de 1966, contando portanto com apenas oito anos de profícua existência apresenta atualmente cerca de 100.000 habitantes e lógico e portanto bastante evidente que tal crescimento populacional em tão pequeno lapso de tempo, deve-se a implantação de um sistema racional de colonização.

E, foi realmente isto que se verificou através do trabalho consciente que foi desenvolvido pela Colonizadora Norte do Paraná S/A, através do desbravamento da região do Vale do Piquiri.

Na data da criação do município de Assis Chateaubriand os grandes responsáveis por aquele acontecimento, Oscar Martinez, então Presidente da Colonizadora e Adisio Figueiredo, Diretor fundador, viam a concretização de seu esforço e trabalho serem reconhecidos, e o que até aquele momento era um sonho, tornar-se realidade.

Na oportunidade não poderíamos nem deveríamos, deixar de ressaltar, que tal desenvolvimento deu-se principalmente em face do profundo conhecimento apresentado em matéria de colonização, pelos dirigentes da colonizadora Norte do Paraná S/A devendo-se ressaltar ainda a honestidade de propósitos de seus mantenedores, bem como o profundo conhecimento em matéria de colonização e legislação da mesma, pois, todos os adquirentes de glebas naquela região, tiveram seus títulos devidamente registrados, dando portanto aos compradores absoluta segurança, e direito sobre suas áreas.

O interessante a se verificar, é que nos mínimos detalhes relacionados ao desenvolvimento apresentado por Assis Chateaubriand, houve participação efetiva da firma colonizadora da região, tendo inclusive contribuído financeiramente para a instalação da Usina de Luz e Força.

Acreditamos que em face de tudo que até aqui foi exposto, não deixarão os nobres Deputados que compõe esta Casa de Leis, de aprovar o presente Requerimento que objetiva precipuamente demonstrar o reconhecimento desta Assembleia Legislativa pelo exemplar e magnífico plano de colonização ali implantado, que deverá servir de exemplo para outras regiões não desbravadas do Paraná e do Brasil, como forma efetiva de progresso e desenvolvimento.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 135-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a declarar de utilidade pública a Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz" e o Colégio "Catequista de Queluz", com sede e foro na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz" e o Colégio Catequista de Queluz foram criados em 18 de julho de 1968, na cidade de Guarapuava, no Estado do Paraná, objetivando precipuamente a manutenção de um estabelecimento de Ensino de nível ginasial e colegial, hoje com a denominação de primeiro e segundo grau conforme determina a Lei Federal n.º 5692-71, do Governo Federal.

O Colégio foi criado na mesma data, somente que através da aprovação do Projeto de Ensino pelo egrégio Conselho Estadual de Educação do Paraná, através parecer de n.º 100388 e tendo sido autorizado o início de seu funcionamento através Decreto Governamental de n.º 13.249-68, conforme publicado em Diário Oficial do Estado de 8.12-1968.

Pelos relevantes serviços que vem prestando a toda coletividade de Guarapuava desde sua criação, bem como a toda região circunvizinha, é que houve por bem propagar o presente plano de lei, que objetiva determinar e reconhecer como de utilidade pública os serviços que são prestados pela Sociedade Educacional Paranaense Catequista de Queluz e pelo Colégio Catequista de Queluz.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Eroncy Silvério.

O SR. ERONCY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sirvo-me da Tribuna que o povo me conferiu para fazer um apelo ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para que S. Exa. volte sua atenção e verifique o que se passa de anormal na cidade de Antonina. Ocorre que a legislação eleitoral proíbe a propaganda individual de qualquer candidato a posto eletivo, em logradouro público. A mesma lei dispõe como deve ser feita a propaganda e o anúncio dos postulantes a cargos eletivos.

A Lei é de 1966, não houve nenhuma inovação, todos têm a obrigação de conhecê-la, desde os candidatos, até aqueles que têm a obrigação de zelar pelo cumprimento da lei, que são os juizes das diversas comarcas do Paraná. Mas, parece-nos que o Meretíssimo Juiz de Direito da cidade de Antonina ou não conhece a lei, e que não é admissível, ou é tendencioso na interpretação e aplicação da mesma. Não sei com qual das hipóteses eu fico; um juiz desconhecer a lei, é heresia, como também um juiz ter tendência eleitoral no exercício sagrado de sua profissão, é heresia maior ainda. Então, não sei o que fazer, porque o Juiz de Direito da cidade de Antonina está proibindo, ameaçando até de prisão, os proprietários de residências que fixam propaganda eleitoral do candidato de sua preferência, neste caso, modestia à parte, do Deputado que ocupa a Tribuna.

Tenho diversos amigos na cidade de Antonina, inclusive o extraordinário Vereador Celso, que abraçou a nossa candidatura por estar convicto de que ainda podemos oferecer alguma coisa com nosso trabalho, em favor do povo do Paraná. É uma parcela do povo de Antonina, acompanhando esse digno Vereador, afixou em suas residências disticos e placas que anunciam o nosso propósito de reeleição à Assembleia Legislativa do Paraná.

Entretanto, o Sr. Juiz de Direito daquela cidade, alegando que as casas estão construídas no alinhamento, sem o recuo, estão classificadas como logradouro público. O Juiz interpreta que uma casa construída no alinhamento é um logradouro público. Então, esta é uma outra hipótese, mas acho que louco o Juiz não é. A primeira hipótese é que desconhece a lei, o que é impossível. A segunda hipótese é que abraçou uma candidatura o que também não pode, porque ele é um magistrado. Pode ter sua preferência pessoal, mas jamais abraçar uma candidatura, ajudar um candidato com seu posto. E agora essa última hipótese, em que ele considera uma casa como logradouro público, só porque está construída no alinhamento.

Ocorre, então, que o Juiz intimou os proprietários a arrancarem a propaganda, sob pena de prisão. Entretanto, eu que conheço o Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, sei de sua correção, sei de sua isenção político-partidária, sei que é um magistrado que honra a justiça não só do Paraná mas do Brasil, deixo ao Sr. Presidente do Tribunal Eleitoral, meu apelo para que proíba abusos dessa natureza porque uma eleição, pela própria condição de ser um pleito eleitoral, diz bem do regime em que vivemos, que é um regime democrático, é um regime abençoado por Deus, um regime de liberdade, em que cada um pode abraçar a religião que quiser, pode torcer para o clube de futebol que bem entender, pode criticar até o Presidente da República, desde que em termos, pode criticar o Governador dos Estados, Deputados, Senadores etc., pode vestir a roupa que bem entender, desde que trajado decentemente, pode enfim, fazer tudo aquilo que um homem livre pode fazer, isso só acontece no regime democrático, e que não é possível que em plena vigência da democracia, às vésperas de um pleito eleitoral que visa consolidar a democracia no Brasil, venha um Juiz de Direito tomar uma medida a meu ver violenta desta natureza. Portanto, fica aqui o meu apelo ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para que chame o Meretíssimo Juiz de Antonina e mostre para ele a lei e peça, nada mais, apenas o cumprimento da Lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi ontem a minha inscrição no Grande Expediente, com a finalidade de fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Diretor do DER e ao Ministério dos Transportes. Estamos empenhados numa luta desde 1968, quando paralisou a estrada BR-369 de Jandaia do Sul a Campo Mourão. Receberam o povo daquela região, daquela região em que viu reiniciar a abertura daquele trecho de estrada, tão importante para o Paraná e para o País, porque vai integrar uma das mais vastas regiões, que vai ligar Foz do Iguaçu já na divisa do Paraguai e Argentina, aos grandes centros, e atender uma região que produz, com quase 500 mil habitantes.

Mas, quando me preparava hoje para fazer aquele discurso dirigi-me até o DER para entrar em contato com meu amigo, Dr. Paulo Aguiar, e lá tomar conhecimento do que se pretendia fazer depois de um trabalho insano de todos os Prefeitos daquela região que se dirigiram a Foz do Iguaçu por ocasião da visita do Sr. Ministro dos Transportes e do Sr. Presidente da República, pedindo que fosse reiniciado aquele trecho de estrada. Vimos nós cair tudo por terra quando se pensava na mudança outra vez, em recurso daquela estrada para a estrada Rolândia-Maringá, que nós sabemos, é uma necessidade, é preciso que saia. Mas hoje, foi com satisfação que recebi a notícia do Sr. Diretor do DER, que chegou ontem do Rio de Janeiro, trazendo a confirmação de que em novembro do corrente ano, será reiniciado aquele trecho de estrada, já com contratação de Jandaia à cidade de Fenix, 55 quilômetros. E para o próximo ano, em agosto ou setembro de 75, reiniciado o trecho de Fenix a Campo Mourão, ficando assim definida aquela obra que tanto espera a região do Vale do Ivaí. E que será executado o trecho Rolândia-Maringá, diretamente pelo DER.

Nada mais eu poderia trazer, depois desta notícia, quando sabemos dos contatos realizados no Rio de Janeiro, quando conseguimos tomar conhecimento de que foi firmado um convênio como delegação, da estrada Francisco Alves a Guairá. Nada mais poderíamos fazer do que apresentar, com grande satisfação, um Requerimento congratulando com toda a Diretoria do DER bem como com S. Exa. o Sr. Governador do Estado pela sua posição definida desde que assumiu o Governo, procurando dinamizar aquele DER e a Secretaria dos Transportes, dando condições de trabalho. Porque não é possível que isso continue acontecendo. Mudanças de Diretores do DER quase todos os meses impossibilitando com isso, o desenvolvimento de um trabalho de melhor atendimento do Estado.

A nossa região, o Vale do Ivaí como já frisei, vai receber 110 quilômetros de estradas.

Vai atender quase 500 mil habitantes. Vai dar possibilidades de escoamento à produção de café, à produção do soja do milho e de outros produtos. Vai tirar dos municípios que ficam quase fechados numa ilha, quando agora nesses dias de chuva ficam até oito dias sem condições de comunicação com outras cidades.

E com satisfação que vemos este entrosamento, porque vemos também atendidas as reivindicações da estrada que liga Rolândia-Maringá, sem prejuízo de outras estradas. Isto, graças à comunicação do Governo para que isso não mais aconteça porque o que vimos nos quatro anos passados, a Bahia recebeu 887 mil km. O Rio Grande do Sul 1.211. Minas Gerais 1.881, e o Paraná 173 km. Acho que é justo que chegue a vez deste Estado que está se desenvolvendo, deste Estado que precisa de melhor escoamento de sua produção e é por isto que apresento um Requerimento solicitando o apoio dos nobres Fares desta Casa. (Lê):

" R e q u e r i m e n t o "

Senhor Presidente.

O Deputado que c presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Diretoria do D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem) pelo perfeito entrosamento do mesmo junto ao D.N.E.R. (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), para a solução dos problemas do Paraná no setor rodoviário e, no mesmo sentido, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo apoio que vem dando àquela Diretoria, possibilitando o entrosamento existente entre os dois órgãos rodoviários o que antes não era possível pelas constantes modificações que nesses setores ocorriam.

Requer, outrossim, que da decisão do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e à Diretoria do D.E.R.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-74, de autoria do Dep. Luiz R. Soares, que dá nova redação ao artigo 4.º da Lei n.º 54 de 22 de novembro de 1967. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 31-74, que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-74, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dá nova redação ao art. 17 da Lei n.º 6.212 de 09-08-71. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-74 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 36-74 que visa isentar do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil, a Empresa Itaipu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovada a Emenda. Aprovado o Projeto artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 68-73, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. Pareceres favoráveis da C.C.J. — Aprovado.

MENSAGEM
n.º 63-73

Curitiba, 31 de julho de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a instalação do Município de Francisco Alves.

O Município de Francisco Alves foi criado através das Leis n.ºs. 6.314, de 24 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano, ambas de iniciativa dessa Augusta Casa tendo o assunto, após o advento das referidas leis, merecido autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido da instalação desse novo Município.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI N.º 161-73

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000 00 (duzentos mil cruzeiros), para atender despesas com a instalação do Município de Francisco Alves criado pelas Leis n.ºs. 6.314 de 24 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 161-73

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 65-73, objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000 00 (duzentos mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a instalação do Município de Francisco Alves.

O referido Município foi criado através das Leis n.ºs. 6.314, de 24 de agosto de 1972 e 6.324 de 27 de outubro do mesmo ano, ambas de iniciativa desta Assembleia Legislativa, tendo, posteriormente, merecido autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido da instalação desse novo Município, cumprindo assim os dispositivos legais pertinentes à matéria.

Trata ainda o Projeto, que, como recurso para cobertura do crédito que especifica, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Quanto ao aspecto formal, constitucional e jurídico a proposição é es-

correta.

Quanto à oportunidade do Projeto, nada há a contestar.

Faço o exposto, opino pela APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29-8-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

P A R E C E R COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 161-73, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000 00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves, criado pelas Leis n.ºs. 6.314, de 24 de agosto e 6.324, de 27 de outubro, ambas de 1972, e as outras providências, originado de Mensagem Governamental n.º 65-73 de 31 de julho de 1973.

2. Pela abertura de crédito especial foi ebedecido o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14-03-64, concretizado no cancelamento de igual importância do Orçamento Geral do Estado (Lei 6.357, de 07-12-72), para o exercício de 1973 corrente, sendo que as implicações de ordem financeira são as naturais decorrentes de tal tipo de operação e, por isso, não vê esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, de 1973.

Quilse Crisóstomo — Presidente

João C. Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor Pinheiro Schmidt. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 179-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário ao Sr. PAULO PINHEIRO SCHMIDT.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) Antonio Belinati

OBS.: A justificativa para a concessão deste título será encaminhada em anexo.

CURRÍCULO PARA A CIDADANIA

NOME: PAULO PINHEIRO SCHMIDT

NAC.: Brasileira

NAT.: Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

NASC.: Carlos Jeronymo Schmidt e Celeste Pinheiro Schmidt

CARREIRA

Aspirante a Guarda-Marinha — 1945

Guarda-Marinha — 1948

Segundo-Tenente — 1949

Primeiro-Tenente — 1950

Capitão-Tenente — 1953

Capitão-de Corveta — 1956

Capitão-de Fragata — 1963

Transferido para a Reserva Remunerada, a pedido, em 1968, com proventos de Capitão de Mar-e-Guerra.

FUNÇÕES

Desempenhou funções no Depósito Naval do Rio de Janeiro; Navio Transporte "Duque de Caxias"; Assistência Médico-Social da Armada; Contratorpe-deiro "Bracuí"; Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; Encouraçado "Minas Gerais; Contratorpedeiro "Baependi" Diretoria do Pessoal da Marinha; Es-

tado Maior do Comando da Flotilha de Submarinos; Base Naval de Natal; Secretaria Geral da Marinha. Foi Chefe do Departamento de Instrução de Guardas-Marinha, a bordo do Navio-Escola "Custódio de Mello". Fez parte do Grupo de Trabalho que realizou um levantamento da situação sócio-política-econômica em 15 países da África. Representou o Ministério da Marinha no Grupo Permanente de Mobilização Industrial, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Foi Vice-Presidente da Comissão Naval em São Paulo.

PORTOS E CIDADES VISITADOS OFICIALMENTE

Gibraltar — Nápoles — Pompéia — Roma — Paris — Toulon — Marselha — Lisboa — Águeda — Aveiro — Funchal — Montevideu — Buenos Aires — Santiago — Valparaíso — Daçar (Senegal) — Freetown (Serra Leoa) Abidjan — (Costa do Marfim) Lagos — (Nigéria) — Tema e Accra (Ghana) Pointe Noire (Congo) — Douala (Camarões) — Luanda (Angola) — Lourenço Marques — (Moçambique) Dar-es-Salam (Tanganica) — Mombasa (Quênia) — Nasau (Etiópia) Port Said, Alexandria, e Cairo (Egito) Famaagusta — (Chipre) Beirute (Líbano) — Haifa e Tel Aviv (Israel) Tunis (Tunísia) — Tanger e Casablanca (Marrocos).

CONDECORAÇÕES

Medalha Ruy Barbosa

Medalha José Bonifácio

Medalha Militar de Prata

Medalha Naval dos Serviços de Guerra

CURSOS

Escola Naval

Curso de Aplicação de Guardas-Marinhas

Cursos de Atualização para Capitães-Tenentes

Cursos Básicos da Escola de Guerra Naval

Cursos Básicos de Computadores IBM

Curso de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas —

Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior

de Guerra.

Possui ainda, vários cursos de Relações Públicas.

ENTIDADES ASSOCIATIVAS AS QUAIS É FILIADO

Jockey Club de São Paulo

Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo

Yacht Club Santo Amaro

Associação Brasileira de Relações Públicas

Rotary Club de São Paulo

FUNÇÕES ATUAIS

Coordenador de Relações Públicas da SANBRA — Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A.

Diretor da Câmara de Comércio Argentina de São Paulo

Diretor do Instituto Cultural Brasil - Argentina

Vice-Presidente do Instituto Privado para Fomento de Oleaginosas

(INSTITUDEOS)

TRABALHOS PUBLICADOS

"Notas sobre a primeira razão de combate produzida no Brasil à base de fertilizantes".

DISTINÇÕES

Foi eleito, em 1972, "Homem de Relações Públicas do Ano".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 179-73

1 — Visa a presente proposição de autoria do ilustre Deputado Antonio Belinati conceder o título de "Cidadão Honorário" ao Senhor Paulo Pinheiro Schmidt.

2 — A justificação que acompanha o projeto é convincente, e não havendo qualquer impedimento de ordem constitucional que se lhe possa antepor, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

Antônio Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto da Lei n.º 229-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 229-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Primeiro — Fica concedido o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro.

Artigo Segundo — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, 11-10-1973.

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a apresentação do presente Projeto de Lei está no próprio Currículo Vitae do homenageado.

CURRICULUM VITAE

DAVID ANTONIO DA SILVA CARNEIRO

Eng. Civil, Doutor em Economia, por Concurso,

pela Universidade do Paraná

Nascido a 29-III-1904 em Curitiba.

I — DADOS PESSOAIS:

A — CURSO PRIMÁRIO: Escola Americana de Curitiba — 1910-1916.

B — CURSO SECUNDÁRIO: Colégio Militar de Barbacena, 1918, e do Rio de Janeiro, 1919-1922. Tirou o curso com medalha de ouro.

II — CURSOS E TÍTULOS:

A — ENG. CIVIL pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná — 1923-1928.

B — ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: Curso de segurança nacional — 1956. Curso de mobilização — 1958.

C — PROFESSOR CATEDRÁTICO: por concurso, de Evolução da conjuntura Econômica (1955) — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná.

III — FUNÇÕES E DISTINÇÕES:

A — Diretor da Escola de Belas Artes do Paraná (1949-1953), de onde era professor de Arquitetura Analítica.

- B — Paraninfo duas vezes e patrono, uma, de turmas de economistas.
- IV — HONRARIAS:
- A — COMENDAS NACIONAIS: Medalha da República, Mérito adesguian-
do, José Bonifácio, Mérito Naval, Rio Branco, Inconfidência.
- B — COMENDAS ESTRANGEIRAS: Cavaleiro da Ordem da Polónia res-
tituta, do Mérito Cultural do Perú, do Infante D. Enrique de Portugal.
- V — CONVITES E CURSOS MINISTRADOS:
- A — Corpo permanente da Escola Superior de Guerra (1957-1960).
- B — Curso de Verão da Universidade de Santiago (Chile) — 1952.
- C — Curso e Seminário (Universidade de Nebraska) — 1961.
- D — História Econômica do Brasil na UCLA (Universidade da Califórnia,
Los Angeles). Semnário sobre evolução das idéias republicanas no Brasil —
1966.
- E — Titular de História na Universidade de Brasília — 1965.
- F — Professor em Howard (Washington, DC) de História do Brasil (1967-
1968).
- G — Fez conferências e pequenos cursos em inúmeras outras Universida-
des Americanas e Brasileiras.
- VI — LIVROS ESCRITOS:
- A — ECONOMIA: Moeda, Ciclosconomia, Formas Estruturais da Economia
Paranaense.
- B — HISTÓRIA: Casos e coisas da história nacional — Paraná na História
Militar do Brasil; Paraná na Guerra do Paraguai; Paraná e a revolução fede-
ralista; história psicológica do Paraná; D. Pedro II na Província do Paraná
em 1880. História da Guerra Cisplatina (1827). História da Emancipação do
Paraná (1853). História do Período Provincial do Paraná. Galeria de Ontem.
Os troféus na história do Brasil. História da Humanidade através dos seus
maiores tipos, etc.
- C — ENSAIOS: Elites, liderança e massas. O problema da Federação Bra-
sileira, Teoria da fama — Influência Americana nas artes plásticas do Brasil.
Educação. Universidade.
- D — OUTROS ASSUNTOS: Biografias: Frederico Virmond, John Henry
Elliott, Francisco Camargo Pinto. Romances Históricos: Drama da fazenda
fortaleza, Aventuras do Juca Teodoro, Um noivado em 1894.
- VII — CONCURSOS EXAMINADOS:
- A — Cadeira de economia política na Universidade do Brasil, na Universi-
dade de São Paulo, na Universidade do Paraná e no Rio Grande do Sul.
- B — Na Universidade do Paraná examinou concursos também na Facul-
dade de Filosofia e no Rio Grande do Sul na Escola de Belas Artes.
- VIII — CONFERÊNCIAS PROFERIDAS:
- Deu conferências nas Universidades de Santiago, de Lima, no Perú, na
Minnesota, na de Gainsville, na American University, na Bowie State College,
na Universidade de Coimbra, na Sociedade de Geografia de Lisboa, etc.
- IX — MÉRITO ESPECIAL:
- Fundador do Museu Histórico Cel. David Carneiro, do Instituto de Pes-
quisas Históricas e Arqueológicas de Curitiba.
- Erigiu o Panteão dos Heróis da Lapa, o Monumento aos que resistiram ao
cruzeiro "Cormorant" em Paranaguá, erigiu o Monumento à República em
Curitiba, e os bustos do Visconde de Guarapuava, de Frederico Virmond e do
Barão do Cerro Azul.
- X — MEMBRO DE ASSOCIAÇÕES E ACADEMIAS:
- Das Academias Carioca de Letras, da do Rio Grande do Sul e da de São
Paulo.
- Das Instituições Históricas do Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São
Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.
- XI — OUTRAS ATIVIDADES:
- Foi presidente do Clube Curitiba do Centro de Letras e dos Bancos de
Curitiba e do Estado do Paraná.
- XII — É hoje professor aposentado compulsoriamente por haver atingido
a idade de 65 anos, e por decisão da Congregação da Faculdade de Ciências
Econômicas da U.F.F.
- XIII — Colaborou sistematicamente em jornais desde a mocidade, e man-
teve colunas certas durante anos, como "Casos e coisas da história nacional",
"Crônica de ontem e de hoje" e "Veterana Verba".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 229-73

Autor: Deputado ANTÔNIO BELINATI

1 — O nobre Deputado Antônio Belinati, através deste plano de Lei, pro-
põe a concessão do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor David
Antônio da Silva Carneiro.

2 — Efetivamente, o "curriculum vitae" do ilustre professor e historiador
é dos mais significativos, destacando-se, no seu conjunto, as atividades realiza-
das em benefício do nosso Estado.

3 — Personalidade de singular projeção nos meios culturais e sociais de
nossa comunidade, o Doutor David Antônio da Silva Carneiro, já se impôs ao
respeito e admiração do povo paranaense.

4 — Dadas as considerações expostas, somos favorável ao presente pro-
jeto de Lei, por considerá-lo oportuno e justo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(a) Antônio Costa — Presidente.

(a) Antônio Lopes Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis).

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62-74, de autoria do Deputado
Nelson Buffara e outros, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná
ao Arquiteto José Marcos Loureiro Prado. Parecer favorável da C.C.J. —
Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 62-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao
Arquiteto José Marcos Loureiro Prado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) Deputado Nelson Buffara

(Assinaturas ilegíveis).

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se pelo presente Projeto de Lei, que seja concedido o Título de
Cidadão Honorário do Paraná ao Arquiteto José Marcos Loureiro Prado.

Arquiteto dos mais conceituados e respeitados, participou com sucesso de
inúmeros concursos nacionais e internacionais, projetando o nome do Paraná
e do Brasil no cenário arquitetônico mundial com vários projetos aprovados
e em execução.

Professor universitário dos mais competentes e eficientes, com inúmeras
atividades no magistério do Paraná, principalmente como Professor Titular de
Composição I, da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná,
onde empresta sua colaboração, com raro brilhantismo, desde 1962.

Entretanto, além destas atividades, onde sempre desincumbiu-se com am-
plo sucesso, ocupou com invulgar expressão diversos cargos em inúmeros se-
tores administrativos, como Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil
— Seção do Paraná, Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Ar-
quitetura, Membro do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil,
Conselheiro Titular do Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Fede-
ral do Paraná e dezenas de funções administrativas das mais destacadas.

Mas, o brilhantismo do Arquiteto Marcos Prado não se limitaria a estas
atividades que por si só engrandeceriam o mais ambicioso e brilhante profis-
sional.

Foi, como Diretor do DETRAN — Departamento Estadual de Trânsito do
Paraná que o Arquiteto e o Urbanista consolidou a sua esplêndida trajetória
profissional.

Reformulando radicalmente velhas estruturas administrativas, enfrentou
ganhadamente os desafios que se antepunham para a concretização do seu
objetivo, ou seja, tornar a cidade de Curitiba mais habitável, mais humana,
mais disciplinada, estabelecendo uma série de medidas de alto nível técnico,
visando proteger a população contra os desmandos da imprudência, da negli-
gência, da imperícia.

Este é o Arquiteto, o Urbanista, o Técnico, o Professor, o criador de obras
de arte que modificou o aspecto de Curitiba e de inúmeras cidades brasilei-
ras e de outros países, o qual pelos vários atributos que caracterizam a sua
magnífica personalidade o fazem merecedor da homenagem ora proposta, pelo
que contamos com o necessário apoio dos nobres Pares para ulterior
aprovação por parte desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 62-74

PARECER

O desíderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado
Nelson Buffara, é conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Ar-
quiteto José Marcos Loureiro Prado.

A ampla e brilhante justificativa do autor da Proposição, nos convence de
oportunidade e do merecimento da medida proposta.

Nada há a contestar quanto o brilhantismo profissional da personalidade
enfocada e a invulgar capacidade administrativa nos diversos cargos que ocupou
em inúmeros setores administrativos.

Sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico, e ainda quanto à forma, a
propositura é escorreita.

Assim sendo, face o exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto para ul-
terior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Antônio Costa — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr.
Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de
pesar pelo passamento do Sr. Vedclino Neves. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do
Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Galleas.
— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato constante do Expe-
diente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 78-74 e sua
consequente inclusão na Ordem do Dia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho constante do
Expediente solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 99-71. —
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho lido da Tri-
buna solicitando voto de congratulações à Diretoria do DER pelo perfeito en-
trosamento com o DNER para a solução dos problemas do Paraná no setor
rodoviário e também ao Sr. Governador do Estado pelo apoio que vem dando
àquela Diretoria. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do
Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Comissão de reforma da
organização judiciária, ora presidida pelo ilustre Des. Francisco de Paula
Xavier Filho, fornecendo àquela Comissão, o retrato atual das comarcas inte-
rioranas, cujo desenvolvimento faz merecer novo enquadramento na sub-divi-
são judiciária do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do
Expediente, solicitando voto de congratulações e aplausos, aos Senhores Adisio
Figueiredo e Oscar Martinez, responsáveis pelo desenvolvimento crescente e
contínuo do progresso apresentado pelo Município de Assis Chateaubriand. —
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do
Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curi-
tiba, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas para a cons-
trução de uma Casa Escolar nas imediações da Vila "Recanto Feliz". — Apro-
vado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do
Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no
sentido de que determine à FUNDEPAR, providências imediatas para cons-
trução de uma Casa Escolar na Vila "Recanto Feliz", desta Capital. — Apro-
vado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldat, constante do Ex-
pediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada para a Sessão de hoje,
solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Comandante da 5.ª Região Militar
e Sr. Secretário da Segurança, no sentido de que se unam e estruturam uma
fórmula digna e justa para impor-se na região Oeste do Estado, uma ação
eficaz, com a presença de efetivos militares, a garantir a paz e tranquilidade
para que mais e melhor ocorram condições de trabalho e produção nas me-
lhores e mais produtivas terras do nosso País. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, mar-
cando outra para o dia 5, quinta-feira, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA

anteriormente anunciada.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 435-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5927-74, de 15 de julho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 367-74, de 07 de junho de 1974, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre os vencimentos de Plácido Cordeiro de Paula, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, é a partir de 11 de maio de 1972, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), e não como consta naquele Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 436-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5009-74, de 17 de junho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Alberto Savoia Assaf, ocupante do cargo de nível PL "27" da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 4 de agosto de 1974, data em que completará quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 437-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4827-74, de 11 de junho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Mário Henrique da Cruz, ocupante do cargo de nível PL "26" da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) de seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 13 de outubro de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 438-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5258-74, de 24 de junho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Siomara Lopes Gomide, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 13 de março de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 440-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6612-74, de 08 de agosto de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Alceu Ramos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 441-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4457-74, de 30 de maio de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Francisco Fontoura, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, a prestar Serviços Extraordinários correspondentes a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de setembro de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 442-74

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5810-74, de 10 de julho de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Bolmiro Martins, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 26 de março de 1972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto no Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de setembro de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 147.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Hélio Manfrinato.

As 9.30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêlss Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 166-74. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 38-72, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 10, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 147-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 148.ª Sessão Ordinária

Realizada em 5 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Erondy Silvério.

As 10.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêlss Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 147, 148 e 149-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Jacarezinho acaba de perder um grande líder. Faleceu, em plena atividade, Humberto Fidanza. Fidanza, sempre comunicativo, alegre, entusiasta

das causas da comunidade, ex-Presidente da Associação Comercial de Jacare-zinho, deixa enorme lacuna naquela cidade.

Por esse motivo propomos, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata voto de pesar pelo falecimento de Humberto Fidanza, pedindo que do fato seja comunicada a família, na pessoa da Sra. Luiza Fidanza, em Jacare-zinho.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de regozijo ao Grupo Momento de Teatro S/C., integrado pelos brilhantes atores: Oraci Gamba, Luis Antonio Karam, Antonio Eliana Chagas, Arnaldo Mayhofer, Luis Afonso Burigo, Joel Guglielmi, Luis Henrique Schwanke, Doralice Bittencourt, Sérgio Nascimento, Angela Wogel, Denise Assumpção, Felipe Freire, Danilo Avelleda, José Plínio, Elenice Milani, Sidney Arruda, Gabriela Tigges, Guilherme Osty, Santesores França, Aluiz Cherebin, Luciana Cherebin, Rozana Spreizner, Reynaldo Camargo, Maria Cecília Monteiro, Elizabeth Destefanis, Luis Fernando Amaral, Ariston Berger, Nautílio Fortela, Yara Sarmento, José Marcos Pereira, Antonio Carlos T. Silva Júnior, Maria José de Oliveira, Renato Penteado Netto, Maria Tereza de Castro Roaldo dos Anjos, Ronaldo Leão Rego, Icléia Guimarães, Vera Lúcia de Mattos Souza, Aroldo Moraes, Edson Luis de Oliveira, Paulo Techa e Luis Roberto Bruel, tendo-se em vista o sucesso que a peça "Perseguição e Assassinato de Marat-Sade" vem alcançando no País.

Da decisão da Casa solicito que seja dado conhecimento aos integrantes do Grupo

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1974.

(a) — Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado um apelo ao Poder Judiciário no sentido de que quando da reformulação da Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criado o Distrito Judiciário de Braganey no Município de Corbélia, com as divisas do Distrito Administrativo do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado um apelo ao Poder Judiciário no sentido de que quando da reformulação da Organização e Divisão Judiciária do Estado seja criado o Distrito Judiciário de Rosário no Município de Grandes Rios, com as divisas do Distrito Administrativo do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães um ofício para autorizar o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem incluir no plano de reconstrução de estradas vicinais as seguintes estradas: Umuarama — Maria Helena, Cidade Gaucha e Paranavai.

Umuarama — Alto Piquiri — Assis Chateaubriand — Cascavel — Umuarama — Xamburé, Pérola e Altonia — Umuarama — Icaraima.

Visto que as referidas estradas estão em péssimas condições e que são as principais estradas no centro regional que é Umuarama.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1974.

(a) — Marciano Baranluk

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 136-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Curitiba com a finalidade de ser construída, na estrada do Cavalão Baio (r-940), ligação Curitiba-Araucária, uma ponte de concreto sobre o Rio Barigui.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO:

A ponte atualmente existente é de madeira e seu estado é precário.

Dado o grande volume de tráfego ali registrado, não apenas para o escoamento da produção agrícola das zonas circunvizinhas, mas também para o transporte das populações trabalhadoras e estudantes, a ponte tal como se apresenta não oferece um mínimo de segurança.

Além disso, com os trabalhos de implantação da Refinaria da PETROBRÁS, em Araucária por essa ponte transitam diariamente viaturas transportando equipamentos pesados e de grande porte, o que poderá agravar a precariedade do estado da citada ponte.

A autorização para a celebração do convênio é constitucionalmente admissível e tecnicamente adequada, em vista da urgência da celebração do convênio pretendido.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruct.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acreditamos ser de fundamental preocupação para esta Casa, entre suas demais atribuições, de certa forma se preocupar com aqueles que cursam a Universidade Federal do Paraná. Porque os profissionais que hoje estão realizando seus estudos naquela casa de ensino, na verdade serão os profissionais que dirigirão todos os setores públicos e privados da vida paranaense nos próximos anos.

Infelizmente inúmeras questões tem sido formuladas por aqueles que frequentam a Universidade Federal do Paraná. (Lendo: "Desde o princípio do do ano se percebe que a Universidade do Paraná vem passando, quer administrativamente como pedagogicamente, por um processo de desgaste que reflete diariamente na qualidade de ensino.

Nesse contexto o aluno tem sido atingido continuamente por ser, em última análise, o objeto e fim da Universidade; portanto é sobre ele que recaem todas as consequências dos desacertos, e porque não dizer, crise, que se acumulam. Deve-se acrescentar a este quadro a inexistência de orientação e informação; mesmo porque nesta instituição a descontinuidade administrativa é tamanha que não existe sequer estabilidade de normas ficando o aluno sem saber o que fazer para adaptar-se as contínuas mutações que tentando sanar males geram outros.

Analisando, por pontos, as ocorrências, temos em primeiro plano o desentendimento administrativo, onde se nota o desrespeito a determinações superiores e o desconhecimento de qual seja a atribuição de cada órgão o que vem criar disputas de competência. Este particular é visto mais acentuadamente nas relações entre DEPARTAMENTOS, COLEGIADOS DE CURSOS, DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS (DAA) e DATAMEC.

A outra questão grave é a da matrícula visto que toda vez que ela é realizada, (semestralmente) cria um trauma na Universidade e os alunos consideram mais fácil passar de ano do que matricular-se.

No processo de matrícula ora findo, o número de matrículas condicionais nas disciplinas elevou-se a mais de 12.000 (doze mil).

Surgiram elevado número de excedentes internos, ou seja alunos dos vários cursos da UFP que não conseguiram pela falta de oferta de disciplina, o mínimo de créditos exigidos para o semestre.

Como agravante a maioria dos históricos escolares, sobre os quais se baseou todo o processo de matrícula ou vieram com atraso e incompletos ou continham várias incorreções, algumas das quais cômicas, como o aluno de Direito que foi aprovado em cálculo integral e o de Engenharia Mecânica que se viu com surpresa estar aprovado em filologia românica I.

Continuando, atento o aluno observou que ao montar seu plano de curso várias disciplinas obrigatórias estavam ofertadas no mesmo horário, tendo que se dar por satisfeito quando, milagrosamente conseguiu completar sua matrícula seguindo uma jornada que se iniciava às 7 h. (sete horas) da manhã e com lacunas terminava às 23 horas.

No aspecto final da matrícula apareceram criando maior confusão os novos currículos plenos, elaborados de afogadinho e reformulados pela quarta vez, obrigando o aluno a nova alquimia para a readaptação de sua vida escolar.

Contra todos esses fatos foram feitos alertas e reclamações, já quando da matrícula de março, pelos alunos e seus representantes. A Retoria deu como resposta um luxuoso e auto-denominado "PLANO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO" apresentando em forma de filmes e slides numa tática visual de propaganda bastante eficiente e alardçada a quatro ventos pela imprensa. É interessante observar por escrito este "PLANO" não foi visto nem pelos membros do Conselho Universitário ou por qualquer outro membro dos vários conselhos da UNIVERSIDADE.

Hoje, com os problemas se avolumando, o plano global foi esquecido pois já cumpriu na sua função de fazer com que a população universitária acreditasse que caminhos e soluções tivessem sido encontrados. O que ocorreu foi exatamente o contrário, a UNIVERSIDADE continua um processo de desgaste e necessitando de medidas imediatas de equacionamento.

Cutossim finalizando nossa oração, recorremos ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no sentido de que encaminhe enquanto possível gestões a fim de permitir ao aluno e professor o desenvolvimento tranquilo de seu curso, para que o Paraná possa ter os profissionais competentes e tão necessários ao seu progresso".

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à Mesa um Requerimento dirigido a V. Exa., solicitando o envio ao Ministro da Educação, do texto integral do pronunciamento agora realizado desta Tribuna.

Muito obrigado.

(E encaminhado à Mesa o seguinte Requerimento):

"Requerimento"

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer regimentalmente o envio ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura do texto integral de pronunciamento efetuado pelo requerente na Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 5 de setembro, de 1974.

(a) — Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 40-73, que autoriza o Poder Executivo instituir a "Festa do Soja" no Município de Palotina cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio, dos anos ímpares, a partir de 1973 e denomina a sede do referido município de, "Capital do Soja". — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 40-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a "FESTA DO SOJA" no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1973.

Parágrafo único. A Secretaria dos Negócios da Agricultura e os órgãos de divulgação do Estado, bem como a Paratur e Femeapar realizarão entendimentos com o Município de Palotina, no sentido de disciplinar a participação do Estado na referida festividade.

Art. 2.º. A cidade de Palotina, sede do Município do mesmo nome é considerada a "Capital do Soja".

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33-74, que declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Beneghel, da cidade de Bandeirantes. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 33-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ACADÊMICO CARLOTA MENEGHEL da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da cidade de Bandeirantes.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42-74 que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Escola "Santa Marcelina", da cidade de Pirai do Sul. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA PROFISSIONAL SANTA MARCELINA, com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 46-74 que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o Instituto Paranaense de Reabilitação da cidade de Maringá. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 46-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO — IPAR, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 48-74 que autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Engenheiro Arturo Andreoli. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 48-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica concedido ao Engenheiro ARTURO ANDREOLI, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81-74, que outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Sr. Luiz Meneghel. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor LUIZ MENEGHEL.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 90-74, que declara de Utilidade Pública, a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", com sede na cidade do mesmo nome. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 90-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE CLARETIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114-74 que abre crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado à despesas referentes à Contribuição de Previdência Social, do pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) destinado à atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., do Órgão: Governo do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: GOVERNO DO ESTADO

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO DO ESTADO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 2007.0101.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.3 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 40.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 3-9-74.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinatura ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes ofício no sentido de autorizar o Sr. Diretor do DER incluir no plano de reconstrução de estradas vicinais, as diversas estradas especificadas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 147, 149, 149-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Grupo Momento de Teatro S/C, tendo em vista o sucesso que a peça que estão representando vem alcançando em todo País. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, encaminhando da Tribuna, solicitando seja encaminhado, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura o texto integral do pronunciamento efetuado pelo requerente da Sessão de hoje, dia 5 de setembro de 1974. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao Poder Judiciário, no sentido de que quando da reformulação da Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criado o Distrito Judiciário de Braganey, no Município de Corbélia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Poder Judiciário no sentido de que quando da reformulação da Organização e Divisão Judiciária do Estado seja criado o Distrito Judiciário de Rosário no Município de Grandes Rios. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Humberto Fidenza. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, ficando marcada outra para a próxima terça-feira dia 10, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 74-74, 86-74, 109-74, 110-74;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 161-73, 179-73, 229-73, 62-74;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 235-73 e de Resolução n.º 31-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete (27) dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões às dezesseis e trinta (16,30) horas reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quilise C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Lopes Junior, Gilberto Carvalho e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos.

PROJETO DE LEI N.º 264-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur que declara de utilidade pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR", com sede e foro na cidade de Paranavai. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 69-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 27-74 encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e hum mil e duzentos cruzeiros), para atender despesas com o Pessoal Temporário, da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 86-74** — de autoria do Senhor digo do Poder Executivo — Mensagem n.º 31-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações que especifica no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 74-74** — de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Scarpa que dá nova redação ao Artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 75-74** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir para a jurisdição da 21.a Ciretran com sede no Município de Irati, os serviços de trânsito dos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 110-74** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 36-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa isentar do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II do Artigo 23 da Constituição da República Federal no Brasil, a Empresa ITAIPU. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quilise C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária